



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE – PLANO DIRETOR

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU Parelheiros – R. José Pedro Borba, 20 – Jd. Nova Parelheiros

DATA: 29-11-13

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

O SR. (NÃO IDENTIFICADO) – Vamos fazer a composição da Mesa. Convido o Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Boa noite. Eu disse para o Claudinho que a audiência pública é oficial e tem de obedecer a um ritual.

Por isso, obedecendo a esse ritual, vou abrir a audiência pública. O Presidente desta Comissão, nobre Vereador Andrea Matarazzo, não pôde estar presente e me delegou que presidisse os trabalhos.

Declaro abertos os trabalhos da 26ª audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente referente ao PL 688/13, Plano Diretor Estratégico.

As audiências desta Comissão vêm sendo publicadas no *Diário Oficial do Município* diariamente, desde o dia 08 de novembro de 2013; foi publicada no *Diário de S. Paulo* no dia 11 de novembro de 2013, na *Folha de S. Paulo* no dia 12 de novembro de 2013.

Primeiro, vamos dar a palavra ao Executivo, representado pela Sra. Joyce Reis, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que fará uma apresentação de 30 minutos. Depois, vamos passar a palavra aos demais membros da Mesa; e aos inscitos, por três minutos cada.

Convidamos para compor a Mesa os Srs. Joyce Reis, representando o Sr. Daniel Montandon, Diretor de Uso e Ocupação do Solo; Adailson, Subprefeito de Parelheiros; Prefeito de Embu-Guaçu; Selma, Gestora do CEU; e as demais autoridades que forem chegando vão compondo a Mesa.

Representando os Srs. Vereadores que não puderam comparecer, os Sr. Gerson Luis Guerra, Assessor do Vereador Goulart; Fabio Ferreira de Araújo, Chefe de Gabinete do Vereador José Police Neto; Bené, representando o Vereador Milton Leite.

É importante que cada um exponha as suas preocupações, porque a Câmara deve votar o Plano Diretor no próximo ano. Durante esse período, vêm sendo realizadas audiências públicas na Cidade, e já estamos na última fase das audiências públicas.

A ideia é terminar todas as audiências públicas no mês de dezembro e, ano que vem, as temáticas. Depois votaremos o Plano Diretor, mas dificilmente votamos este ano.

Então, tragam as suas preocupações, porque a elaboração do Plano Diretor será baseada nessas preocupações, por isso a importância da participação da população, para dizer o que tem de ser mudado, melhorado, em todos os setores da Cidade; desde a dificuldade de se obter licença para a construção de uma obra, escola, creches, hospital; até o desenvolvimento econômico da região. Tudo isso, é o Plano Diretor que definirá, e deve permanecer por 10 anos, ou mais.

Passo a palavra ao Sr. Adailson, para fazer uma saudação, porque a Sra. Joyce está encontrando problemas na apresentação.

O SR. ADAILSON – Boa noite a todos, boa noite a todas, boa noite autoridades, boa noite Mesa. Pessoal, mais uma vez, novamente, estamos juntos numa noite aqui em Parelheiros, e dessa vez é o seguinte, temos que dar uma olhada, uma explanação do que é o Plano Diretor para vocês. Neste momento estaremos iniciando uma discussão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. O ano que vem passaremos a discutir os Planos Diretores Regionais, dessa forma o que fica determinado será aplicado para as regiões depois. Vale salientar que de nossa região, como é do conhecimento de todos, tem suas especificidades, somos uma área de grande extensão, com atividades diversas e com potencial hídrico para atendimento de toda nossa população. Temos ocupações diferenciadas, como todos sabem, zona rural, zona de turismo, zona de preservação e zona de ocupação. Precisamos ficar alertar para não direcionarmos apenas um aspecto por moradia. É fundamental a mesma, mas a proporção que a preservação, pois somos parte do meio ambiente e dependemos delas. Nós precisamos estar de olhos voltados para o desenvolvimento sustentável e de grande omissão. Hoje a conciliação, o progresso que gerará o emprego, trabalho e renda para não sermos mais considerados um bairro dormitório, pensarmos em moradia de forma digna, que não seja desmatada áreas essenciais, moradia insalubres nas margens de córregos e saneamentos que

nos tragam a qualidade de vida. Existem regiões em que o foco é somente moradia e infraestrutura. Em Parelheiros é diferente. Precisamos pensar na área rural com a agricultura que abastece a Cidade, nos rios limpos que da mesma forma servem a Cidade e nos maciços verdes que beneficiam o ar. Temos uma tarefa hoje à noite árdua com uma ocupação de forma irregular, precisamos pensar na regularização do que é possível regularizar, reconciliando todos os fatores, precisamos cumprir, sejam elas quais forem, as leis de mananciais da APAS, dos Comitês de Bacia da Guarapiranga e Billings.

Desejo hoje a todos um ótimo trabalho nesta audiência e que nossa tarefa, com certeza, estejam certos disso, é a mais difícil da Cidade por conta das características da nossa região o lema é considerar, é moradia digna, preservação e desenvolvimento humano, desenvolvimento econômico.

Parabéns a todos. Agradeço a presença maciça. Amanhã temos que dar continuidade porque amanhã vocês vão ter uma audiência do Orçamento de Gestão para 2014. Conto com a presença de vocês amanhã, às 15h também, para vocês verem os recursos que estão sendo direcionados à Subprefeitura de Parelheiros para que nós juntos possamos dar andamento nas obras para 2014. Parabéns! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Subprefeito Adailson. Já está pronta a apresentação?

Há 35 inscritos. Estão encerradas as inscrições. Vamos iniciar nossa apresentação.

(NÃO IDENTIFICADA) – Boa noite. Gostaria de pedir desculpas pelo atraso, todos conhecem o trânsito de São Paulo principalmente na sexta-feira à noite. Também estávamos com problemas técnicos para a projeção, mas já deu certo.

Quero agradecer à Mesa, Vereador Alfredinho e todos os presentes. Fui a algumas outras audiências, em lugares mais bem localizados e não havia tanta gente como aqui. Estou muito feliz por ter muita gente participando. Acho que é essa a intenção de criar esses canais. É incrível, porque lugares em que se consegue chegar com mais facilidade, não havia nem um

décimo das pessoas que estão aqui. Então é bem bacana saber que estamos aqui para discutir e esses espaços são para isso.

- Exibição de imagens na tela de projeção.

(NÃO IDENTIFICADA) – Vou apresentar o plano diretor. Não sei se vocês pegaram o jornalzinho do plano que é esse. É o projeto de lei que o Executivo enviou para a Câmara Municipal de São Paulo que está discutindo e fazendo as audiências públicas também. No Executivo fizemos uma série de audiências temáticas, regionais e agora a Câmara está fazendo esse processo para aperfeiçoar.

O plano diretor estabelece uma política macro para o Município como um todo. Estamos aqui para discutir qual é o papel desta região no Município como um todo. Estamos aqui para discutir como pensar o uso e ocupação do solo, como pensar as construções na Cidade, como pensar as políticas e os investimentos em transporte, habitação, etc.

Então vou mostrar e se estiver um pouco difícil podem pedir explicação e depois continuamos. Essa é a estrutura do plano, o primeiro título é bem simples e coloca quais são os objetivos desse plano. Os objetivos colocados numa política municipal são objetivos da gestão democrática, de termos esses espaços para discutir o que vai acontecer na Cidade. São princípios de igualdade social, de acesso à terra de forma igual. Então são princípios colocados que depois norteiam a estrutura do resto.

O título principal que vamos abordar é o título dois do ordenamento territorial. O que é o ordenamento territorial? É o que estabelece uma lógica macro para o Município como um todo. Ele estabelece em princípios gerais o que aquelas regiões são e o que elas precisam. Então o que precisa para melhorar as condições de vida naquela região. Vou entrar em cada um desses com detalhes.

Esse título dois também estabelece quais são os instrumentos, como vamos melhorar essas regiões. São instrumentos que lidam com a questão da habitação, com o que é produzido na Cidade, o que o mercado imobiliário produz. São instrumentos que lidam nesse

âmbito.

O título três, estruturação dos sistemas ambientais e urbanos, em que são definidos onde serão os investimentos na Cidade nos próximos 10 anos. Então se temos investimentos da política de saneamento, por exemplo, vamos olhar no território, no mapa aonde vão ser feitos esses investimentos, assim como os de transporte, habitação, equipamentos sociais, etc.

O título cinco trata do sistema de gestão democrática e ele é quem controla isso durante os 10 anos, tudo o que está acontecendo. Então esse título estabelece, por exemplo, que temos de ter esse fórum de debate para discutir uma lei. Ele estabelece quais são os mecanismos. Então precisa de audiências, de um conselho que acompanhe todo o mês o que é feito. Esse conselho é composto por vários segmentos da sociedade. Então estabelece o acompanhamento da execução desse plano.

E o título cinco trata de disposições para conseguir nesse período transitório. Estamos revendo o marco regulatório como um todo, o plano diretor é um instrumento mãe, ele fala tudo o que precisa. E depois temos as leis de uso e ocupação do solo, que é o zoneamento, Código de Obras e outras leis que devem seguir o plano diretor. Isso eu gostaria de frisar porque é importante para entender que agora é o momento de discutir o plano diretor, que é para a Cidade como um todo.

Depois - o ano que vem - de aprovado o plano diretor é que vamos discutir a lei de zoneamento, por exemplo, que define em cada pedacinho do território o que pode ser construído ou não. Então isso é numa lei posterior.

O ordenamento territorial está dividido entre macrozonas e macroáreas. As macrozonas são: recuperação ambiental e qualificação urbana. Parelheiros está totalmente na macrozona de proteção ambiental, por isso, dei uns zuns para conseguirmos ver.

Então esse é o mapa que define a macrozona de proteção ambiental. A macrozona de proteção ambiental tem vários objetivos: preservar a vegetação local, pensar a questão e a legislação dos mananciais, qual o tratamento desse território. Então a macrozona de proteção

ambiental tem na parte Sul do Município, na parte Norte e aqui há um perímetro bem fraquinho, mas é o perímetro de Parelheiros.

Então essa é a parte sul do Município. Pessoal, por favor, está difícil para me concentrar. Peço silêncio, por favor. Aqui é a região de Parelheiros, também tem um pedacinho de Campo Limpo. O rodoanel passa aqui encima e aqui temos a Estrada do Sadu(?).

Quais são os objetivos de definir essa área no mapa. O que queremos com isso? Garantir a preservação e conservação em cooperação das características naturais. Temos um patrimônio de vegetação que precisamos cuidar. Respeito às fragilidades do solo, aos riscos de escorregamento, deslizamento, é uma região muito acidentada, que tem esses riscos, que tem de levar em consideração essa questão.

Promoção de atividades econômicas compatíveis. A gente tem uma questão agrícola importante na região, a gente tem de considerar isso e que isso seja compatível com o meio ambiente.

A eliminação das situações de vulnerabilidade que expõem as populações mais vulneráveis, principalmente em relação à questão do risco.

E, por fim, a contenção da expansão urbana. Pensando na Cidade, como um todo, a gente tem de aproveitar melhor os espaços que são infraestruturados na Cidade; melhora os espaços que são próximos ao Centro e que têm condições de adensar mais. E aqui a gente tem de conseguir preservar o lugar. Quais lugares, da Cidade, poderiam ser melhor aproveitados para a gente conseguir preservar os nossos recursos ambientais?

É isso que o Plano Diretor coloca: como equacionar a Cidade como um todo.

A segunda estratégia territorial é a definição das macroáreas. As macroáreas são porções mais divididas no território. São definidas sete macroáreas. Por exemplo, o que o Plano Diretor estabelece? Estão vendo essa parte vermelha? É a macroárea de estruturação metropolitana.

Nessa parte vermelha, temos uma grande concentração de emprego, só que uma

pequena concentração de moradia, e o que acontece? Quando a gente tem uso do solo muito diferenciado – então, emprego muito concentrado e a moradia muito longe desse emprego – a gente tem esse movimento todos os dias.

Então, essa macroárea prevê ter mais moradia nesse lugar. É isso que o Plano Diretor define. E, aí, o Plano Diretor estabelece esse objetivo e vai falar quais são os instrumentos para fazer isso. Cada um desses pedaços é uma parte desse Título 2, que eu falei que é o ordenamento territorial.

A área amarela é o que a gente chama de macroárea de vulnerabilidade social, de redução da vulnerabilidade. Ali existe muita moradia que precisa ser qualificada. Então, por exemplo, os investimentos prioritários no Município são pensados, na verdade, muito concentrados nesses lugares que precisam, mais do que onde já tem qualidade de infraestrutura.

Olhando um pouco a nossa região, como está dividida a região de Parelheiros? São, basicamente, três macroáreas. Uma macroárea de preservação de ecossistemas naturais: é onde tem uma vegetação, tem de ter um cuidado muito grande com o que já existe lá, em termos de ecossistema. Aqui também foram estabelecidos os parques ao longo do Rodoanel.

Aqui, o Plano chamou de macroárea de contenção urbana. São lugares que têm alguns fragmentos de vegetação interessantes, mas já têm usos que o homem coloca, como usos agrícolas, alguns usos compatíveis com o meio ambiente. Então, isso está definido nessa verde mais clara.

E na macroárea de recuperação urbana e ambiental, é onde há uma urbanização. Então, existem pessoas morando, pessoas com comércio e que têm um cuidado específico com o meio ambiente. Então, tem um aspecto urbano, mas também tem uma importância ambiental pela localização de onde ele está.

Aqui, são os instrumentos que eu falei. Então, para a macroárea de preservação de ecossistemas naturais, que é aquela verde mais escura, tem determinados instrumentos.

Talvez, eu fale alguns. Por exemplo, unidades de conservação.

Macroárea de contenção urbana, que é a verde mais clara. Ela é praticamente quase todos os mesmos instrumentos que o anterior, com alguns outros inclusos. Por exemplo, pagamento por prestação de serviços ambientais. É um instrumento novo que o Município está colocando como uma forma de ajudar, de pensar alguma contribuição para o proprietário que consegue preservar a vegetação existente na sua área.

Recuperação urbana e ambiental. Aqui, a gente já está lidando mais com os espaços onde a gente mora, onde a gente usa, onde a gente compra, onde a gente pega o transporte público. Aqui, a gente já está lidando com esses amarelinhos e os instrumentos são, por exemplo, as Zonas Especiais de Interesse Social.

Com relação ao Plano anterior, foram demarcadas Zonas Especiais de Interesse Social nessa região. Foram reconhecidos os loteamentos irregulares e as favelas que existem na região, assim como foram demarcadas algumas áreas vazias para pensar a provisão habitacional também.

Aqui, é, bem simplificada, cada um daqueles territórios possuem parâmetros urbanísticos. Aqui, no caso, está estabelecido o coeficiente de aproveitamento. Por exemplo, pensando nas outras regiões, para promover um adensamento maior nas regiões, naquela vermelha, na laranja e na amarela, são definidos outros índices. Esse aqui define o quanto se pode construir na Cidade.

Aqui, é a estratégia da demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social. Elas são divididas em quatro categorias. A categoria 1 é o reconhecimento de assentamentos precários, favelas, loteamentos irregulares e que precisam de regularização.

As ZEISs 2 são áreas vazias, mais periféricas, perto desses loteamentos irregulares, e que precisam pensar lugares para reservar para poder ter moradia nesses lugares.

As ZEISs 3 são áreas vazias ou edifícios subutilizados, que não cumprem a função

social da Cidade.

As ZEISs 4 são áreas vazias na região dos mananciais, porque, como são características muito específicas por estarem perto dos mananciais, elas precisam de diferenciação em relação à ZEIS 2.

A diferença em relação a 2002 é que estão demarcadas as ZEISs. Esse vermelhinho, são as áreas de favelas ou loteamentos irregulares, que estão demarcados. A demarcação desse território é a garantia do direito à moradia das pessoas que estão ali.

Esses roxinhos pequenininhos são as áreas vazias, que também poderiam receber moradia, por exemplo, em situações de risco.

Além dessa estratégia de olhar a Cidade como um todo, foi estabelecida uma estratégia de tentar adensar, promover construções de uma forma mais densa, ao longo do meio de transporte. Por quê? A gente identificou que têm muitas áreas, na área mais urbana do Município, com o transporte perto, ou seja Metrô, ou ônibus, ou trem, que não têm tanta construção quanto poderia para as pessoas morarem ali mais próximas do transporte.

Então, foram definidas áreas ao longo dos eixos de transporte que permitam mais construções para ter mais moradia nesse lugar. Para que isso? Para a gente tentar otimizar essa infraestrutura que tem e promover um uso mais intenso daquele solo. Uma estratégia muito forte do Plano é priorizar o transporte coletivo.

Aqui, foram demarcadas poucas áreas porque têm muitas áreas que não são quadras fiscais. Por isso que fica vazio aqui. São glebas que ainda não estão loteadas.

Aquele mapa que eu mostrei, era a rede de transporte existente hoje. O Plano prevê que, em uma futura instalação, essas áreas também possam continuar a ser adensadas.

Então, o que está colocado nesse mapa são as redes de transporte que estão previstas até 2016. O que são? Os novos corredores de ônibus, assim como monotrilho.

Aqui, além dessa estrutura, também temos uma definição geral de quais zonas poderão ter no Município. Essas zonas não são definidas agora. O que o Plano fala? Na Lei de

Uso e Ocupação do Solo, aqui são algumas zonas que precisam constar. Então, zonas exclusivamente residenciais é uma questão colocada na Cidade; a questão que envolve mais essa região, são as zonas de proteção ambiental, que eram chamadas de ZEPAMs e agora são ZPA e zonas de recuperação ambiental. Há uma diferenciação. Para quem conhece o Plano atual, as ZEPAMs tratavam essas duas coisas juntas e, agora, há uma diferenciação entre o que deve ser realmente preservado e o que é lugar que precisa ser recuperado para exercer aquela função ambiental que ele deveria. Então, é uma questão que a gente pode debater aqui.

As zonas de desenvolvimento econômico são as antigas zonas industriais. Então, aqui, o Plano Diretor prevê: “Olha, você tem de ter, no mínimo, essas zonas no zoneamento”.

Aqui, como zonas especiais as ZEIS e as ZEPECS. As ZEPECS são as zonas que lidam com o patrimônio histórico, sejam edifícios ou áreas.

Aqui vamos para o Título III, em que se define onde serão os investimentos para os próximos dez anos.

O sistema ambiental é o primeiro deles. Ele define um sistema de áreas verdes.

Aqui são mostrados onde são os parques, os existentes e os propostos.

Aqui é um mapa da região. Isso tudo foi um levantamento que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente trabalhou junto com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, para pensar a proposta desses parques.

Aqui é o sistema de abastecimento de água.

Aqui foi um diálogo que a gente fez com a Sabesp para saber onde era o investimento que estava previsto para os próximos dez anos, e a gente colocou isso no Plano para amarrar com a política de uso do solo, do que pode e o que não pode naquele lugar, em função do abastecimento de água.

Aqui, está prevista uma adutora na região.

Aqui é do esgoto sanitário.

Aqui, o roxinho, é o coletor existente e o planejado. A Sabesp, por mais que seja uma política estadual, ela tem de ser pensada no Município também, como ela vai se implantar, em que momento e como articular isso com as outras políticas do Município.

Aqui é o de resíduos sólidos. Na região não tem. Está previsto.

Aqui é o do sistema viário estrutural. É mais uma classificação para definir algumas questões de uso e ocupação do solo também. Aqui, no Município, é uma N2.

Aqui é um sistema de transporte. Há uma priorização. O Metrô é no âmbito estadual. Há uma disponibilização de recurso federal para o Metrô, mas quem define aonde vai acontecer o Metrô é muito mais o Governo do Estado. Então, o que a gente fez? A gente pegou a previsão do Governo do Estado. Só que o Plano colocou muito forte a questão do investimento no transporte coletivo por ônibus, porque é um meio de o Município conseguir investir o seu dinheiro em transporte coletivo.

Aqui é a previsão dos CEUs. São dez CEUs previstos a mais do que já têm, previstos no sentido de conseguir localizar aonde no terreno. Mas é uma política de previsão do sistema de equipamentos que pode prever mais CEUs em outros lugares também.

Aqui é bem importante para a região e é uma novidade do Plano, que é a demarcação das áreas de risco. O problema do risco foi encarado em uma legislação nacional e falar assim: “O Município tem de saber, tem de mostrar, em seu Plano, quais são as áreas de risco dele para ele encarar aquilo como um investimento prioritário, para encarar a questão do risco à vida das pessoas”.

Então, no Plano, a gente incorporou um mapeamento de risco que existe hoje ainda precisa ser elaborado e aperfeiçoado, por isso que no Plano é dito que se precisa pensar na política do risco, mas foram demarcadas áreas onde há risco de morte das famílias que estão morando ali e que pode acontecer alguma coisa. Essas são áreas que temos de pensar rapidamente quais as políticas e não correr o risco das pessoas sofrerem consequências irreversíveis.

O que é um risco? O risco pode ser ou uma declividade, uma topografia, um barranco muito acentuado, pode ser a proximidade com algum curso d'água que tenha algum escorregamento que possa levar as casas que estão próximas. É isso que temos de pensar.

O título quatro, que falei, é de gestão democrática. O que ele prevê? Ele prevê um sistema de acompanhamento das leis, o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Não sei se vocês participaram do Programa de Metas, ocorrido na região. Toda a gestão tem de vir e falar quais são as suas ações. Esse Programa de Metas tem de estar articulado com o que o Plano Diretor fala porque a gestão que está entrando para assumir o Governo tem de olhar para esse plano que estamos discutindo exaustivamente para falar: “eu farei as minhas intervenções baseadas nesse plano”. Isso é muito importante porque senão de quatro em quatro anos ficaremos mudando os objetivos e as intenções de como fazer a Cidade.

A política do Plano Diretor é muito importante e tem 10 anos. É uma política que vê um pouco a frente. Então, é muito importante que os investimentos que sejam feitos na Cidade olhem para essa política e respeitem. Aqui está previsto isto e vou executar o que está previsto. Isso é fundamental.

Quais as instâncias de planejamento? Há os conselhos participativos municipais. A eleição para esses conselhos será dia 8 de dezembro. Isso é muito importante porque é um representante da região que vai batalhar para acompanhar tudo o que acontece na região.

Existe também a Conferência Municipal das Cidades. Este ano participaram quase 10 mil pessoas. O evento foi no Anhembi e discutiu as questões que envolvem o planejamento da cidade.

Há o Conselho Municipal de Política Urbana. Esse conselho tem representantes de segmentos. Portanto, ele tem um representante dos empresários, das ONGs, do movimento de moradia. Para quê? Para cada um desses segmentos expressarem sua opinião e acompanharem o que está sendo feito. A reunião acontece uma vez ao mês e eles acompanham.

Saber que existem essas instâncias e saber como cobrá-las e ver a atuação delas é fundamental.

Existe a Câmara Técnica de Legislação Urbanística e existe uma previsão desses segmentos acompanharem o que no acontece no uso do solo e uma Comissão de Proteção à Paisagem Urbana.

Os instrumentos de participação social são as audiências. Nós estamos em uma audiência. O Plano estabelece os instrumentos e precisa prever que isso exista. Há a iniciativa popular de planos e instrumentos de promoção e cidadania.

Há o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Um dos instrumentos que o Plano Diretor coloca estabelece que tudo o que for construído na Cidade tem de pagar um dinheiro para construir o que pode - de um coeficiente básico até o máximo. Tudo o que for prédio e etc. precisa pagar um dinheiro que vai a um fundo. Esse fundo é distribuído, depois, entre as secretarias para executar aqueles investimentos que falei: na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na implantação de parques lineares, parques, investimentos na Seurb com implantação de piscinões, etc. Então, precisamos acompanhar o que é feito com esse dinheiro. É ele que define onde pode ser feito e a gente gostaria de priorizar nas áreas mais vulneráveis.

Há uma articulação dos instrumentos de planejamento orçamentário com o Programa de Metas, uma novidade. O Programa de Metas, como falei, tem de observar a política do Município como um todo para conseguir dialogar com o que está colocado para uma previsão de 10 anos e não só de uma gestão.

Sistema de Informação e Monitoramento. Para sabermos o que está sendo feito, precisamos ter os dados. Então, precisamos estruturar um sistema que as pessoas tenham acesso para saber quais obras serão feitas, que regularização será feita. Isso é importantíssimo porque você não consegue cobrar se não há acesso à informação.

Nas disposições finais e transitórias, naquela macroárea vermelha que falei, além da parte que tem mais emprego, também há uma parte – aqui é a Jacu Pêssego, a Marginal

Tiete, liga com o ABC e a Avenida Cupecê – que está previsto um mecanismo de tentar atrair mais emprego porque ali tem muita moradia e para isso estão definidos alguns incentivos urbanísticos. Isso pode ser aperfeiçoado na legislação do zoneamento do ano que vem, como falei.

É isso. Estou disponível para qualquer coisa. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Anuncio a presença do Vereador Ricardo Nunes, que já está na mesa.

Prosseguindo a audiência, chamo a Simone, que representa duas APAS – Capivari e a Bororé.

A SRA. SIMONE MIKETEN – Boa noite a todos. Sou Simone Miketen, represento a gestão das APAS Capivari-Monos e Bororé Colônia, que está na Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

Farei proposta que queremos trazer ao Plano Diretor. Gostaria de ressaltar e dar o alerta de que estamos trabalhando o Plano Diretor Estratégico do Município. Quando estamos falando do Município de São Paulo, é muito diferente de falar de Parelheiros.

Parelheiros é um tesouro. Não é discursinho ambiental, “ah, tem pássaro”, não. Aqui, temos produção de água e mata. Quando vamos ao interior de São Paulo, não encontramos a biodiversidade daqui. Portanto, é um lugar único no mundo porque você tem uma grande cidade bem ao lado de uma mata poderosa, que não se encontra por aí.

Há uma série de produções agrícolas e várias formas de manejo da biodiversidade. Quando se tratar de Parelheiros, deve-se tratar de outra forma. A primeira coisa que tem de se pensar é que aqui tem de ter fiscalização de outro tipo. As pessoas que estão aqui precisam ser resguardadas, assim como todo o nosso território.

Aqui tem outra coisa que a cidade de São Paulo não tem que é ouro, que é o espaço. Vocês têm noção do quanto de espaço que temos aqui? Se você vai andar no Centro, não há espaço. Aqui você respira. Há momentos no Centro que não respiramos.

Sou socióloga de formação, não sou ambientalista. Então, quando falo à favor de Parelheiros, estou falando à favor das pessoas que se alimentam, que respiram e bebem água. Para este território se fortalecer, ele tem de ser um território rural. Por quê? Temos de fomentar um tipo de infraestrutura que auxilie a preservar esta área. As pessoas podem morar com infraestrutura.

Darei um exemplo. Temos a escola Noemia, desativada, e estamos em tratativa para essa escola ser um centro de agricultura para ter geração de emprego e renda. Temos exemplos como a Ana Lapine, que tem um projeto internacional da reserva da biosfera que formam jovens que querem fazer a floresta crescer.

No Plano Diretor é necessário se esquadrihar onde está o território rural. Fala-se de infraestrutura rural, mas não se fala de território. Quando se fala de título dois de sistemas, precisa ter um sistema de abastecimento alimentar porque as pessoas se alimentam. Se houver um sistema que prevê não somente a produção, mas também a comercialização e o consumo. Deve-se fomentar essas práticas no território de Parelheiros.

As zonas de proteção ambiental perderam seu caráter especial. Quando há uma zona com caráter especial, ela tem normas de uso e ocupação próprias. Então, temos de rever e trazer a Zepam de novo como uma zona especial para ela poder se fortalecer.

Não devemos esquecer que temos espaço e temos de cuidar dele. Devemos saber para onde este espaço vai porque as pessoas podem morar e temos de entender que tipo de lógica a gente quer aqui, se queremos indutores de urbanização ou se queremos a conservação ambiental para quem mora aqui e em toda a Cidade poder, no mínimo, respirar e se alimentar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Simone.

Passo a palavra à gestora Selma.

A SRA. SELMA – Boa noite. Sejam bem-vindos. É um prazer receber a

comunidade de Parelheiros aqui. É uma emoção ver que nosso espaço está sendo ocupado por vocês. Gostaria de dizer que estamos honrados de participar desse momento tão importante para a nossa comunidade.

O PDE é muito importante que seja discutido por todos e que todos participem.

Aproveito para reforçar que o CEU Parelheiros está sempre aberto para todos e que estamos aqui juntos. Esperamos que amanhã vocês estejam aqui presentes na nossa grande festa de aniversário, cinco anos de CEU Parelheiros, cinco anos que vocês estão conosco.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Vereador, membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, Ricardo Nunes, também da região.

O SR. RICARDO NUNES – Boa noite a todos. Acabei chegando um pouco mais tarde porque estava na Câmara e o trânsito está bravo. Estive hoje com o Prefeito Fernando Haddad, uma conversa boa, de duas horas e quinze minutos, e tem um projeto meu, do Vereador Alfredinho e de outros Vereadores da região, que cria incentivo fiscal da zona Sul.

Hoje, Vereador Alfredinho, o Prefeito voltou a falar que tem um compromisso conosco de sancionar esse projeto que vai ser importante para gerar emprego na nossa região.

Gente, temos uma árdua caminhada pela frente. Sempre tenho falado, falei muito durante a campanha, com relação à questão do orçamento. Parelheiros, das 31 subprefeituras, sempre ficou em última colocada. Neste ano já não vai ser mais. Então a gente está bastante feliz com alguns avanços que vem acontecendo. Logicamente tudo isso é graças ao apoio de outros Vereadores da região, como o Vereador Alfredinho, que é um cara fantástico. Eu já tinha amizade e a cada dia fico mais fã porque é um cara trabalhador e a gente vai, com bastante trabalho, conseguir avançar aqui.

Outro dia apresentei na Câmara alguns dados com relação aos índices que temos de vulnerabilidade. Todos os piores índices são da nossa região. Índice de desemprego é

Parelheiros, Capela, M'Boi, Cidade Ademar. Você pega o índice de nascimento de baixo peso é nessa região, você pega índice de leito hospitalar, o pior é essa região, creche – olha que coisa engraçada – a região da cidade que tem a melhor oferta de vaga de creches é Guaianases, na zona Leste, o pior é M'Boi Mirim-Campo Limpo, o segundo pior é Cidade Ademar, depois Parelheiros. Quer dizer, todos os índices são ruins, por isso a gente precisa avançar bastante.

Com relação ao Plano Diretor, não vou me esticar muito porque vim mais para escutar vocês, eu acho que a gente vai ter que alterar muita coisa. Já falamos isso. Outro dia, acho que nesta semana, terça ou quarta-feira, eu e o Vereador Alfredinho fomos ao Secretário do Desenvolvimento Urbano, Fernando de Melo Franco, colocamos isso para ele, vai ter que alterar muita coisa, vão ter que ser incluídas bastantes benfeitorias para esta região e condições para ela se desenvolva, porque, gente, as pessoas precisam trabalhar, as pessoas têm que ter emprego e nós temos que gerar emprego aqui na região. Isso é uma coisa muito importante.

Quem está empregado, eu pediria para fazer uma análise de algum amigo, algum parente, algum vizinho que esteja desempregado. É muito triste. Ou que more aqui e tenha que trabalhar lá no centro, andar 25, 30 quilômetros. Eu queria muito contar com vocês. Nós devemos votar o Plano Diretor em março, daqui até lá temos uma caminhada muito longa. Queria fazer um pedido para vocês, de um Vereador que foi eleito por esta região, de que nasceu na região, que os filhos nasceram nessa região, que vive e tem a empresa aqui, fui presidente da AISUL, que é a Associação Empresarial e Comercial desta região, tenho amor e compromisso por esta região, é o pedido, não vamos ficar escutando só um lado das histórias, tudo tem dois lados. Então a gente precisa ter bastante tranquilidade e não ser levado por conversa fiada. Vamos ver o que é bom para a região, aquilo que pode vir de investimento sem dinheiro público, existe investimento sem nenhum centavo público, então vamos escutar. Acho que hoje é uma grande oportunidade para poder fazer o aprendizado, e cada um tire a sua

decisão de uma forma bastante tranquila, serena, com mais razão do que emoção, porque falar não, meter o pau, é fácil. Agora, tem gente que mora lá em Pinheiros e quer vir palpitar aqui. (Palmas) Então vamos ter tranquilidade.

Eu fiz uma sugestão para o Vereador Alfredinho que cada um que falar aqui, que perguntasse onde mora, porque tivemos audiência pública na Câmara Municipal. Nego vai lá por o dedo na cara da gente da região, aí você pergunta onde mora e ele diz que mora em Pinheiros. Vai discutir Pinheiros, aqui discute a gente. Serenidade, tranquilidade, com fé, com união e paciência nós vamos avançar, sem dar ouvidos para conversa mole.

Um abraço a todos. Vamos ter calma, conduzir a audiência tranquilamente. Um abraço para todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Quero chamar o pessoal da população que se inscreveu. Antes de chamar os primeiros inscritos, uma nova audiência pública na Câmara, dia 9, às 10h, chamada pela Comissão de Política Urbana, e o tema é Parelheiros. São cinco ou seis projetos, dois meus, três do Vereador Ricardo Nunes, dois do Vereador Jair Tatto, todos com relação à região de Parelheiros, que tem temas como tema turístico de Parelheiros, que aprovei a lei ontem. Agora o Prefeito, com apoio e colaboração da ATP, que ajudou bastante na construção desse projeto, que é interessante para a região. Foi aprovado ontem e vai para sanção do Prefeito. E vários outros projetos de Vereadores que tratam de Parelheiros, inclusive a discussão polêmica do aeroporto, que vai ser discutida nessa audiência. É bom que todos que estão aqui possam ir lá e comparecer.

Quero chamar, por três minutos, o Sr. José Luís Neto.

O SR. JOSÉ LUÍS NETO – Boa noite a todos. Agradecemos a presença de todas as autoridades e a nossa população em peso. Muito simples, nós temos um território, duas hidrobas, duas APAS, regularização fundiária de interesse social, habitação de interesse social, um sistema agro ambiental deficitário e a necessidade de incluir principalmente no Plano Diretor, nos orçamentos públicos, um sistema de georeferenciamento. Podem acordar,

não é pesadelo, é verdade. Essa seria a primeira prioridade, nós precisamos discutir informação, nós precisamos discutir coisas que vão dizer onde estão as pessoas, onde estão as dificuldades, onde estão as áreas contaminadas, onde serão as ZEIS, essa é a verdadeira proposta. Nós temos que identificar os problemas e construir soluções para a comunidade. Então é difícil conversar quando vocês muitas vezes ficam só vendo aquilo que já pronto, aquilo que já está montado. Três anos aqui, eu sou um voluntário aqui, tem mais um ano, eu tenho que ajudar a minha comunidade da melhor maneira possível a se estabelecer, estabelecer desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, melhorar o índice de desenvolvimento humano. Então esse é o meu papel. Eu acho que essa é uma proposta sim para agregar. E mais ainda, a necessidade de que o Conselho de Desenvolvimento Urbano possa trabalhar com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável. Se fala muito pouco nesse Plano Diretor. É praticamente irrisória a questão da sustentabilidade na região. Água é um direito, água é o bem mais precioso hoje na terra, não é o petróleo, água. Pessoal, lutem, reivindiquem, participem, escrevam, coloquem essas propostas, elas devem ser discutidas e se preciso for, reforçando aqui, Vereador Alfredinho, ao Sub, as pessoas que têm nos apoiado aqui na região, é muito importante eu também se ame os seus Vereadores para poder conversar com eles e discutir. São eles que conhecem essa região. Agora eu vejo aqui, a política passada, todo mundo veio aqui buscar votos e tudo o mais, mas só tem dois aqui. Está certo? Hora de pensar, hora de repensar, hora de construir. É isso que estamos fazendo. Vamos identificar os problemas e vamos construir soluções.

Muito obrigado e boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Fernando de Sousa, do Solo Sagrado.

O SR. FERNANDO DE SOUSA – Boa noite a todos e a todas. Estamos aqui hoje na qualidade de representante do Solo Sagrado, da Igreja Messiânica. Gostaria de cumprimentar a Mesa, agradecer a oportunidade de colocar aqui a minha sugestão, na pessoa

do Vereador Alfredinho. A nossa proposta, Sr. Vereador, que nós já previamente protocolamos junto à Mesa, é no sentido de denominar a via, como Via estrutural aqui no território da Subprefeitura de Parelheiros a Estada do Jaceguava, como via Estrutural Nível 2 e a Avenida Prof. Hermann Von Hering com via Estrutural Nível 3, bem como a Rua Matilde de Lutes Barbosa como via coletora. Isso, sobretudo, para que possa o ônibus urbano ir até a região do Jardim Alverde. Bem como também suprimir o veto do artigo 158, da lei 13.885, de 2004, nos eu parágrafo 1º e inciso I.

Sr. Presidente, era o que nós tínhamos para apresentar. Muito obrigado a todos.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Loide e depois Rafael Munhoz.

A SRA. LÓIDE – Boa noite. Lá no Planejamento...

A SRA. LÓIDE - Boa noite a todos. No planejamento da Subprefeitura de Parelheiros, elaboramos várias propostas que serão encaminhadas para a Câmara, na audiência pública do dia 9. Mas, hoje, gostaríamos de pinçar algumas coisas.

Parelheiros tem muitas coisas da própria região que pode sustentá-la, em termos de desenvolvimento, de emprego. Uma delas, inclusive, é o turismo. Foi aprovado o polo de turismo e nós temos um plano que gostaria de mostrar, mas não deu tempo de finalizar a apresentação. Espero poder fazê-lo numa próxima oportunidade.

Mas tenho dois itens a destacar. Um, é a área de proteção aos mananciais, todos em Parelheiros sabem que há duas bacias operantes – Guarapiranga e Billings – e gostaria de propor que se acrescentasse no Capítulo 2, de Macrozoneamento, no artigo que diz: “A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental na região Sul corresponde à área de proteção aos mananciais, onde incidem leis estaduais, municipais e federais” é necessário, haver compatibilização justamente dessas legislações e das diretrizes nessas três esferas de

governo.

Para isso, precisa haver celebração de convênios, de fiscalização conjunta e de políticas públicas claras.

Havia um convênio entre Prefeitura e Estado para definir políticas públicas para a região, mas que não está funcionando. E é importante que isso seja retomado para que tenhamos políticas claras.

Outra coisa que gostaria de destacar é o transporte hidroviário. Podemos incluir no item “Rede de Estruturação e Transformação Urbana” o transporte hidroviário, através da Guarapiranga. Isso facilitaria o acesso à região de Parelheiros que é muito deficitário sem adensar as vias. Ao invés de se colocar pontes e vias entre áreas já adensadas e ainda preservadas, utilizaríamos o transporte hidroviário. Essa é a ideia. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Rafael Munhoz e, em seguida, a Sra. Roseli Alemã.

O SR. RAFAEL MUNHOZ – Boa noite. Gostaria de falar sobre dois assuntos importantes no que tange à regularização de Parelheiros.

Uma é a questão das ZEIS. Entendemos que as ZEIS precisam ser supridas com áreas públicas e, assim, faremos propostas próximas a essas áreas de ocupação. Temos equipamentos públicos que podem suprir essas exigências. Isso também considerando a qualidade de vida.

Essas áreas seriam indicadas com direito de (ininteligível) de tal forma que o Município tenha prioridade para que elas sejam destinadas ao atendimento das necessidades de infraestrutura, tais como escola, áreas verdes e tal.

O outro assunto é a questão fundiária. Parelheiros tem questões fundiárias, principalmente na zona rural, onde não há legislação que permita regularizar os parcelamentos e as divisões de gleba.

Nossa proposta é incluir e trazer a lei que existiu e que disciplinava o parcelamento

na zona rural para a linguagem desse Plano Diretor e, assim, teremos uma legislação que resolva a questão da ocupação do solo em zona rural. Basicamente são essas as propostas sobre zoneamento e questões fundiárias, principalmente com relação às ZEIS. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado, Rafael. Sra. Roseli.

A SRA. ROSELI ALEMÃ – Boa noite. Meu nome é Roseli. Vim reforçar as falas da Lóide e do Rafael, referente à zona rural, que tem de ser inserida no Título III da Estruturação do Sistema Urbano e Ambiental com o objetivo de apoiar os agricultores, pois a maioria precisa de incentivos ou pagamentos de serviços ambientais, além da regularização fundiária.

E também o referenciamento dessas áreas, que é muito caro. Isso talvez seja outra proposta, ou seja, de pagamentos de serviços ambientais, providenciando já o referenciamento dessas áreas.

Outro capítulo ou sessão que tem de ser inserida nos sistemas ambientais urbanos é referente a um capítulo específico para abastecimento na Cidade, por conta da merenda escolar e da produção agrícola. Está inserido no Plano Diretor atual, mas foi suprimido nesse novo texto.

Além disso, a maior parte da área rural de Parelheiros não tem abastecimento e nem saneamento básico. Por isso, tem de haver algum incentivo para se ter sistemas alternativos de saneamento básico individual nas áreas rurais. Essas áreas já estão sendo contaminados e comprometendo o consumo da água.

Gostaria de citar outra sessão ou capítulo seria o de fazer um sistema de gestão integrada das áreas indígenas. Haverá ampliação de territórios indígenas para cerca de 15 mil hectares e, mesmo sendo uma área federal, os serviços são municipais – tanto para Educação quanto para Transporte. É necessário, portanto, pensar numa gestão participativa.

E também gostaria de falar sobre os sistemas sustentáveis de desenvolvimento como turismo e outras atividades que sejam compatíveis à região no que se trata do manejo ambiental. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Muito obrigado, Roseli. Próximo é o Sr. Carlos Seixas e, em seguida, Bié.

O SR. CARLOS SEIXAS - Boa noite a todos. Meu nome é Carlos Seixas. Frequento Parelheiros há 48 anos e conheço bem a região, que vem se desenvolvendo muito pouco.

Precisamos criar mais empregos lá. Teremos uma oportunidade tremenda de geração de empregos com a criação de projetos sustentáveis.

Gostaria de debater com vocês e, nesse sentido, que pensassem na criação de um projeto. Nesse novo Plano Diretor tem um projeto de um novo parque. Isso aqui tem o parque do Jaceguava, que é da Dersa. A Dersa é uma entidade de economia mista. Acho que a Prefeitura podia fazer um acordo com a Dersa e aproveitar melhor esse parque. Nós já temos as APPs. Não há necessidade da Prefeitura gastar dinheiro com desapropriação, cercar esses parques, impedir invasores e aproveitar todo esse dinheiro com creches, que é uma demanda muito grande, com escolas, com AMAs para a região.

Acho que temos de pensar muito nos novos projetos para a região. São projetos sustentáveis. Acho que temos de preservar Parelheiros. Parelheiros é o pulmão de São Paulo, mas tem de ser um pulmão consciente.

Muito obrigado a todos e sejam felizes. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Bibi.

O SR. BIBI – Boa noite a todos. Meu nome é Bibi. Sou Presidente de Bairro da Vila Marcelo e estou aqui para representar os moradores da Vila Marcelo. Todos estão de acordo com a vinda do Aeroporto para a região de Parelheiros. Não aceitamos essa pequena frase: “Não ao Aeroporto de Parelheiros”. Tem de ser sim, pessoal. Vamos para cima. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Francisca Andrade.

A SRA. FRANCISCA ANDRADE – Boa noite a todos.

Sou moradora de Vargem Grande.

Primeiro, falo em nome da Comissão Temática do Fórum Permanente em Defesa da Vida de Parelheiros e Marsilac e também em nome da Comissão em Prol da Regularização e Urbanização de Vargem Grande.

Sinto que os moradores de Parelheiros precisam que algumas áreas sejam transformadas em ZEIS 4. Por quê? São nessas ZEIS 4 que serão construídos equipamentos públicos e moradias de interesse social.

Hoje, na região de Parelheiros, passamos por um processo não só de área de risco, mas também na questão de realocação devido à urbanização que se iniciou em Vargem Grande e que, com certeza, se estenderá por outros bairros.

A questão é: é necessário que Parelheiros crie áreas de ZEIS 4.

Senti falta da regularização urbana na região de Parelheiros, porque vejo que podemos investir em biodiversidade. O que falta é educação ambiental e, para isso, existem, sim, órgãos e pessoas que possam propor e viabilizando.

Há 24 anos estou ouvindo propostas e não vejo nada viabilizado. O Hospital de Parelheiros está para ser construído, mas a área que foi indicada ainda não é uma ZEIS 4 e se não transformar em ZEIS 4 não terá hospital. Isso é muito claro.

O Ricardo Nunes falou algo que me chamou muito a atenção. É verdade que há um déficit, sim, muito grande na questão não só de profissionais de criação de emprego, geração de trabalho e renda. E as vagas que temos aqui, as oportunidades de trabalho, infelizmente não são preenchidas pelo pessoal que mora em Parelheiros. Então, precisa criar, sim, políticas públicas.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Roberto Carlos.

O SR. ROBERTO CARLOS – Boa noite.

Como Parelheiros é uma área que chama muito a atenção de outros locais, gostaria de falar que nós moradores de Parelheiros temos condições, sim, de sugerir e saber o que queremos. Não precisa vir ninguém de fora.

Aliás, quero fazer uma pergunta: em que momento, nós, povo de Parelheiros, moradores, trabalhadores, donos de casa, em que reunião foi discutida, que nós participamos, que a área dos eucaliptos, onde está proposto para construir o aeródromo, queria saber em que momento nós, de Parelheiros, discutimos que não queremos o aeroporto e que a gente quer, de novo, mais um parque em Parelheiros.

Não estou entendendo. Isso é golpe baixo, porque o que a gente discute aqui, depois dão uma canetada lá no gabinete e colocam o que querem. (Aplausos)

Não pode ser dessa maneira.

Nós temos condições de discutir o nosso destino. Quero que grave, quero que escreva: esse Plano Diretor tem de indicar que aquela área tem de ser destinada para a construção do aeródromo. Queremos emprego, queremos garantia de futuro para os nossos filhos. (Aplausos)

É bacana vir de fora, você que tem emprego, que tem salário garantido, eu quero que você vá lá para o fundão, onde você não tem condução, emprego, onde você manda um currículo e é renegado, porque você mora longe e não pode chegar no horário.

Para encerrar, estive, lutei com os parceiros, empresários de Parelheiros para a reabertura do Atacadão. Olhem a notícia triste que eu vou dar para vocês: 330 empregos foram gerados com a abertura do Atacadão. Sabem quantos currículos? Cinco mil currículos eles receberam; quatro mil eram de nossa região e mil eram de fora. E as pessoas querem jogar esse dinheiro fora da iniciativa privada. Ao invés de construir um parque público e vamos pegar esse dinheiro e vamos fazer investimento nos bairros.

Ouvi que somos a caixa d'água de São Paulo. Não. Somos a fossa, porque o coco

que é jogado no córrego, corre direto para o Guarapiranga. Precisamos de infraestrutura.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Prof. Chicão.

O SR. CHICÃO – Boa noite.

Sou morador há 41 anos daqui e há muito tempo há uma questão muito importante: precisamos e temos de ter investimento.

Temos a região mais verde, mais água, mais ar e pessoas que moram há mais de 40, 50, há 100 anos e ainda não têm o documento de sua terra. Precisamos urgente dessa regulamentação.

O Orçamento vem aí. É difícil discutir os planejamentos, o que queremos neste momento.

Temos mais dinheiro. Será que vai sobrar algum dinheiro, desse Orçamento, para a gente planejar um asfalto melhor?

Não precisamos de ponto de ônibus de vidro, mas com a cobertura para não chover.

Precisamos, sim, de cuidar do verde e do meio ambiente, mas não podemos nos esquecer que temos gente morando aqui, e gente que, há muito tempo, clama por melhoria.

Está chegando, aos poucos? Está sim, mas não podemos dormir. A promessa é promessa. Agora, a realidade tem de ser trabalhada, construída e, principalmente, buscar os jovens para estarem aqui.

Precisamos fazer um trabalho de política consciente, porque cadê os jovens? Quem tem mais de 30 anos, levanta a mão. Agora, quem tem menos de 20? Olha só, cadê os nossos meninos de 16 anos?

Então, vamos construir políticas para a participação dos jovens, políticas de caminho para fazer esses planejamentos, porque é fácil cobrar, participar é que é complicado.

Aos poucos, vamos construir essa região melhor. Que jeito? Buscando emprego, trabalho dentro da sustentabilidade. As condições de vida, aqui, são péssimas. Os piores índices são daqui. Se pegarmos os índices de Barragem e de Marsilac, eles são piores do que os índices de algumas regiões do Nordeste. África ganha da gente.

Então, precisamos mudar isso urgente.

O pessoal do Conselho Tutelar sabe quem sofre com essa situação. Então, vamos mudar, vamos melhorar participando.

O Conselho Participativo está aí e é hora de votar e de cobrar em quem vocês votaram.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Jeremias.

O SR. JEREMIAS – Boa noite a todos e a todas.

Sou assessor do Deputado José Zico e Vice-Presidente da Associação Amigos e Moradores da Vila Marcelo.

Em nome da população de Parelheiros, venho defender quem mora em Parelheiros. Moro há 20 anos na região e só nós sabemos a dificuldade que temos. Não temos emprego. Temos de levantar às 3 horas da manhã e atravessar a Cidade para trabalhar, porque não querem dar oportunidade de vida para o cidadão parelherense.

Já falaram que o aeroporto não será bom para Parelheiros. Mas, o que será bom para Parelheiros? É ver as suas famílias acordando de madrugada e não vendo os seus filhos?

Vamos pensar no povo de Parelheiros. As pessoas que vêm de fora, passam o dia, mas voltam, mas nós permanecemos dia e noite aqui.

O povo de Parelheiros precisa de investimento, principalmente o particular.

Eu defendo esse aeroporto, em nome das famílias de Parelheiros. (Aplausos)
Porque estamos perdendo os nossos filhos para as drogas porque não temos tempo para

conversar com nossos filhos.

Falam que vão construir outro parque, no local onde seria construído o Aeroporto, mas cadê o Parque Cauli? Em 2005, foram feitos grupos temáticos, para discutir esse parque e não fizeram nada. Agora, vão levar para lá? Vão querer tirar da gente aquilo que podemos dar para os nossos filhos, para as nossas famílias?

Quero parabenizar os parlamentares que estão na defesa de emprego para Parelheiros.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ratinho.

O SR. RATINHO – Boa noite a todos.

Parabenizo a todos os presentes.

Meu nome é Cláudio, conhecido como Ratinho. Sou Presidente da União dos Moradores de Barragem e Região e Presidente de Honra e Fundador do Esporte Clube Barragem e candidato ao Conselho Participativo de Parelheiros.

Venho apoiar o crescimento sustentável de nossa região.

Quero agradecer pelo projeto da construção do hospital e pela melhoria das UBSs da região de Parelheiros; na área da Educação, construção das creches, EMEI e EMEF e escolas técnicas; saneamento básico, água e esgoto para todos; moradia; buscar planejamento de regularização habitacional e, se for necessário, construir moradias na sua própria região.

Sou morador do Barragem, nasci lá e temos um déficit habitacional. Têm muitas pessoas que moram em área de risco e muitas pessoas vão sair e não sabem para onde vão.

Então, gostaria que os parlamentares escutassem com muita atenção, porque muitos dos moradores do Barragem gostariam de sair de sua casa, que está em risco, mas que ela fosse locada dentro do seu próprio bairro, para não virem pessoas de fora e ocuparem espaço de moradores de sua própria região.

Na área de Transporte, quero parabenizar a todos pelo objetivo da construção do Terminal de Parelheiros e pela extensão do trem até o Terminal Varginha, deixando bem claro que devemos continuar lutando para o trem chegar até o Barragem, como era na década de 70, dando mais condições para o transporte coletivo.

Quero deixar bem claro, também, que é muito interessante falar sobre o aeródromo. Venho junto com apoiadores do movimento, em prol do projeto de construção do aeródromo, porque, sem dúvida, não podemos deixar essa oportunidade única escapar. São mais de 2000 empregos diretos, mais de 5000 empregos indiretos, curso de qualificação para o trabalhador no aeródromo e desenvolvimento sustentável para a região, com conscientização ambiental e preservação do meio ambiente, através de cursos, palestras e incentivos.

Pessoal, é um sonho. O meu filho menor tem quatro anos.

O nome dele é Riquelme, e todos falaram: “Agora vai ser jogador de futebol”. Há dias, falei para o meu próprio filho e sua mãe: “Eu quero ver meu filho não escolhendo profissão, mas eu quero que meu filho seja um piloto de avião”. Digo isso porque é a oportunidade única de termos um empreendimento da iniciativa privada. Isso é importante.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Giovanni.

O SR. GIOVANNI – Em primeiro lugar, agradeço a todos. Todos falam que conhecem Parelheiros e são moradores da região. Quem conhece Parelheiros são as lideranças do bairro, como a Sra. Arlete, da Associação do Jardim Herplin; a Francesca e a Lindaura, do Santa Fé. Então, o maior exemplo de governança não se pega no livro, mas numa mãe. Se ela tiver três filhos, com um necessitado; vai dar mais para o necessitado. Ela vai dar um pedacinho de carne e uma mamadeira a mais para o necessitado. Não é que ele é o mais amado, mas é o que mais necessita. O povo de Parelheiros necessita de tudo. Há carência de tudo aqui. Então, sou a favor de um hospital, um terminal e um aeroporto sim.

Agradeço todos os moradores de Parelheiros. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Melandre, do Movimento Garça Vermelha.

O SR. MELANDRE – Boa noite a todos. Não moro em Parelheiros, mas morei aqui durante cinco anos. Sou vizinho do Sr. Alfredinho, lá do Rio Bonito. Quanto a esse discurso incendiário, de dizer que quem é de fora não pode falar aqui, acho que pode sim, até porque quando se trata de água para 4 milhões de pessoas em São Paulo, qualquer pessoa pode dar palpite, até porque aqui está sendo discutida a cidade de São Paulo. Parelheiros vai ser discutido depois, inclusive sobre o zoneamento.

André Skaf, o senhor vai defender o seu interesse. Acho de deve defender sim, mesmo não morando em Parelheiros. Estou contente por estar com o nobre Vereador Alfredinho e o companheiro Chico. Somos companheiros desde a época de 1970, quando íamos para as greves em São Bernardo e São Paulo, lutando contra a ditadura. Então, tenho muita honra de estar com os dois companheiros aqui. Não comecei no movimento hoje e não virei ambientalista de uma hora para outra.

Levanto uma pequena questão para ilustrar. Na semana passada, no CEU Vila Rubi, houve a discussão do Plano Diretor Estratégico de toda a região. Infelizmente, eu não estava presente, mas muitas pessoas daqui estavam. Lá aconteceu uma coisa muito interessante. Quanto ao pessoal que está fazendo ocupação, principalmente naquela área do Grajaú, do Cocaia, do Movimento do Sem-Teto, tremendamente organizado, embora muitos digam que não, suas reivindicações são muito justas, assim como a reivindicação dos senhores, por moradia, transporte, saneamento básico, hospital e educação. Todas essas reivindicações são básicas, mas há, mais ou menos um mês, dei uma entrevista na Rede Globo, no Programa Verdejando, quando fiz um comentário, que as reivindicações do Movimento Sem Teto são justas, mas não concordava quando invadiam áreas públicas, acabando literalmente com as árvores, destruindo o meio ambiente.

Parece-me que o MST, Movimento dos Sem-Teto, aprendeu essa lição, porque

compreenderam que as coisas não podem ser assim. Uma coisa é a ocupação e outra coisa é a invasão. Nessa reunião, cada vez alguém falava não ao aeroporto, o pessoal aplaudia. Por quê? Porque entendem que se construírem esse aeroporto aqui, vão abrir a possibilidade de invasões de tudo quanto é tipo, e mais ainda, a especulação imobiliária. É por isso que defendemos que continuem as ZEIS como estão.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Fernando Bike(?).

O SR. FERNANDO BIKE(?) – Boa noite a todos. É um prazer estar aqui. Estão falando sobre o Plano Diretor Estratégico, mas parece que a pauta foi invertida, e vamos discutir outra coisa. Foi mudado o aeroporto em Parelheiros? Falam de geração de empregos. Vão gerar 10% de empregos? Na região de Parelheiros, há 200 mil habitantes, onde há o melhor índice de desenvolvimento humano. Na educação, temos uma deficiência imensa. Na questão da saúde, há também outra deficiência. De repente, cheguem com o aeroporto e dizem: “Isso vai resolver o problema de todo mundo. Todos estarão empregados”. Parece que a solução para o Parelheiros é o aeroporto. Temos de pensar que o aeroporto é uma mera especulação. Haverá jatinhos e helicópteros. As necessidades da nossa região são outras.

Em 9 de julho de 2001, foi criada a área de proteção ambiental, a 13.136, na gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy. Todos escutaram quem é favorável ao aeroporto. Somos do movimento contra o aeroporto. Ficamos ali sossegados e respeitamos a fala de todos. Estamos num país democrático e podemos nos colocar contrários, até mesmo porque os nossos questionamentos servem de argumentos. Se realmente esse aeroporto vir para cá, vai servir de argumento para ele sustentar o seu projeto melhor e não trazer com tantas falhas. Não simplesmente dizemos: “Somos contra o aeroporto”. A questão é onde querem fazer o aeroporto. Há uma área que poderia ser indicada, do Varginha, num porto de areia, uma área degradada. Vai gerar emprego também. Em linha reta, vai dar 1,5 quilômetro, aproximadamente. A questão não é sermos contra o aeroporto, mas o local onde está proposto

a sua criação.

Temos de pensar na capital da cidade de São Paulo, onde 4 milhões de pessoas dependem da água que sai dessa região. Podem falar: “Ele vem de Pinheiros para dar palpite aqui”. Ocorre que temos de defender os interesses das pessoas do Centro também. Temos de ter uma contrapartida. Não é simplesmente lotearem a nossa região, trazendo um aeroporto e resolver todos os problemas. Temos outras prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Marília.

A SRA. MARÍLIA – Boa noite a todos. Vim aqui hoje falar sobre o Plano Diretor. De repente, há uma discussão sobre o aeroporto. Infelizmente, enquanto estava sendo apresentado o Plano Diretor, parece que as pessoas não ouviram, porque foi apresentada a discussão das macroáreas, que pegam regiões totalmente diferentes em São Paulo. Então, quando há áreas de preservação, há uma área de preservação no extremo Sul, no extremo Norte e em outros lugares também. Então, se ela está espalhada na Cidade, é porque está sendo tratada como um todo. Dizem que aqui é o pulmão de São Paulo. Então, quem vem de Pinheiros, da zona Norte e qualquer pessoa da Cidade, até o Sr. André Skaf, que não mora aqui, também se preocupa com essa região. Então, todos nós temos de nos preocupar com a região.

Então, para mim, é muito importante estar aqui hoje, para falar sobre uma questão importante, a manutenção dessa área, como sendo de preservação. Temos um projeto de lei que foi aprovado ontem, do Vereador Alfredinho, que faz com que essa área seja de preservação e se mantenha uma forma de fazer com que essa área, que está sendo preservada, possa ser utilizada, dentro de um turismo sustentável, trazendo muito dinheiro de fora para observação de aves. Não sei como o aeroporto vai trabalhar com isso, se ficar nessa área. Falo da convenção assinada pelo Brasil, garantindo a preservação da área, por receber 16 espécies de aves migratórias, que causariam problemas grandes para aterrissagem e decolagem de aviões.

Então, quando o Sr. Fernando sugere outro local, concordo. Eu nem vou além de falar do local, porque não o conheço. Sei que, no local onde está sendo prevista a construção, há várias falhas, as quais já foram apresentadas na Câmara, inclusive. Essas falhas tinham de ser revistas dentro do plano de estudo de impacto ambiental. Foi pedido para que fosse feita uma revisão do impacto ambiental causado.

Então, além disso, existe essa nova convenção, que ocorreu depois daquela audiência. Portanto, é importante que isso seja visto. É importante que seja visto também que se existe uma lei que vem para cá agora, para gerar empregos, os senhores deveriam dar crédito para o pensamento dos Vereadores que são da região. Vamos encaminhar uma documentação, falando sobre as áreas de APP. Existem várias falhas na lei. Vamos estar encaminhando isso. O GT do Meio Ambiente, da Rede Nossa São Paulo, vai encaminhar essa orientação, para que seja melhorado o texto e também para haver a regulamentação das casas. Temos algumas ideias para a regulamentação das moradias que estão aí. Todos temos um problema único, habitarmos essa única Cidade, e não existe o meio ambiente separado de gente. Meio ambiente, gente e economia é uma coisa só. Não há como separarmos uma coisa da outra; não dá para separarmos. Todos estamos aqui trabalhando para uma coisa única, o desenvolvimento dessa região, sem destruí-la, porque ela é de interesse para toda a cidade de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Tereza.

A SRA. TEREZA – Boa noite a todos. Moro há 25 anos na região. Com relação ao Plano Diretor, tenho algumas solicitações e indicações que talvez não sejam exatamente para esse momento, mas é muito bom lembrarmos. Há a necessidade não só de ZEIS, que já estão sendo discutidas, mas a necessidade da regularização com relação às áreas de recreio. Há muitas áreas, nessa região, que são chácaras documentadas, escrituradas, que estão classificadas como irregulares. Então, as chácaras precisam sim ser regularizadas, porque

foram anteriores à lei. Então, a Chácara de Recreio, além da regularização, também pode atrair o nosso turismo. Aliás, turismo traz muito emprego e muito dinheiro. Para isso, temos de fazer o quê? Treinar a população local, para que aprenda a receber um turista. Quando falamos de aeroporto, temos de nos treinar para sermos pilotos, temos de aprender línguas e trazer ONGs que ofereçam cursos de línguas para receber estrangeiros e entendermos os estrangeiros. O muçulmano não pode beber pinga. Temos de nos preparar para isso.

Outra questão muito importante é com relação ao meio ambiente. Ouço muito falarem, na região, sobre o verde e a água, que mantêm os animais. Isso é turismo. Ontem saiu uma notificação científica. Foi descoberto um novo felino na região, um gato selvagem de quatro quilos, que nunca ninguém havia visto. Será que ele ainda existe na nossa região ou já levaram embora ou o mataram? Então, temos de levar sim a educação ambiental, para serem protegidos os nossos animais. Não é para ficarmos brincando de: “Acertei o bico do tucano”. Tucano não é para ficar em gaiola, é para chamar o turista. Quando mudei para essa região, havia um lobo-guará, animal em extinção, na rua, com sarna. Ninguém cuidou dele, e ele morreu.

Há mais uma questão que está sendo discutida, sobre o aeroporto. Quando soube disso, de primeira mão, fui contra. Analisei o processo, vi o documento, o projeto. Sou totalmente a favor, e não acredito que o aeroporto vá trazer a solução e nem a invasão. Esse é um problema político, é o município, o Sr. Prefeito, o Sr. Governador, o Vereador e o Presidente. Nesses 25 anos, ninguém falou em trazer aeroporto e hotel para cá, mas a população explodiu. Então, não foram eles que trouxeram problemas. O aeroporto, ao ser implantado, vai trazer pressão? Vai. E se ele não for implantado? Também haverá pressão. Então, nada vai ser mudado. Simplesmente, vai ser instalado e trarão oportunidade de melhorias na região.

Cabe agora àqueles que cuidam da região zelarem, fiscalizarem e aumentarem a Polícia Ambiental, voltando a GCM para as matas. Aliás, na gestão anterior, isso foi proibido,

quando geraram as invasões. Posso falar isso porque não sou da GCM. A GCM foi proibida pelo Sr. Ortega de entrar na mata e impedir os desmatamentos. Então, não foi o aeroporto e nem foi a população, foi simplesmente a gestão anterior que incentivou isso. As ZEIS precisam ser implantadas, mas as áreas de recreio também; e o aeroporto tem o meu voto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Lia Goes, das Cooperativas.

A SRA. LIA GOES – Boa noite a todos. A nossa política é competente para suprir as necessidades da nossa região. Os nossos políticos, Vereadores, Governador e Prefeito, não precisam correr atrás do setor privado para fazer o que temos direito por lei. Falo em nome dos agricultores, que votaram, em massa, no nosso Prefeito, após S.Exa. ter assinado a plataforma de agricultura orgânica de São Paulo.

Espero que o extremo Sul de São Paulo seja visto como uma pedra preciosa lapidada, com todo cuidado, e não destruído. Estamos lutando por um direito constitucional, direito a uma alimentação de qualidade, com uma agricultura limpa, livre de agrotóxicos. Então, não há porque poluirmos o nosso ar com óleo e combustível de avião e nem com a poluição sonora, porque a nossa região foi escolhida por moradores para haver sossego.

Sobre a contaminação das nascentes, com resíduos, também foi falado que o esgoto é jogado nas nascentes. É sim, pela própria Sabesp. Hoje tive a infelicidade de ver a Sabesp jogando esgoto no Ribeirão Colônia. Essa empresa tão competente falada e mencionada está poluindo as nascentes da região.

Trabalhamos com agricultura limpa e orgânica. Há pessoas que comem produtos contaminados. Vemos que elas estão morrendo de câncer ou com doenças. Aprendemos a produzir de maneira errada, mas, hoje em dia, felizmente, temos uma agricultura diferenciada na região, que perderá o selo de orgânico se houver rotas de aviões nas plantações, nas propriedades desses produtores. Perderemos tudo o que fizemos nesses últimos 20 anos.

Há empregos sim na região. Não temos qualificação profissional adequada para a

região. Há pessoas trabalhando na própria subprefeitura, que vêm de longe. O pessoal daqui não estudou e não foi qualificado para trabalhar nos empreendimentos que há aqui.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Cláudia Haus(?).

A SRA. CLÁUDIA HAUS(?) – Ela discussão foi, a princípio, chamada para o Plano Diretor. Todos nós aqui fomos chamados para essa discussão importantíssima para a Cidade inteira. Como já foi dito, Parelheiros é uma região que influencia todas as outras regiões da Cidade. Precisamos de infraestrutura e regularização de quem tem moradias inadequadas. Precisamos também de ciclovias, melhorias no transporte e hospital. Precisamos de tudo isso, mas o mais importante, a maior oportunidade que temos hoje, é mostrarmos para o Poder Público que Parelheiros precisa de mais atenção do Poder Público, porque, no momento, a maior região, a maior subprefeitura da Cidade conta com o menor contingente de funcionários públicos, de servidores na Prefeitura e na GCM. Em Parelheiros, não há uma base da Polícia Militar Ambiental. Parelheiros tem um contingente mínimo de GCMs ambientais. Temos apenas sete agentes vistoristas para toda a subprefeitura.

Então, não adianta falarmos: “Vamos fazer agricultura orgânica”. Vamos, mas quem vai conter as invasões, ao lado da agricultura orgânica, se a Prefeitura não dá condições para Parelheiros sustentar-se e não dá condição para que a própria subprefeitura consiga manter e seguir os planos que a Prefeitura traça para nós? Moramos aqui, gostamos daqui e não queremos ir embora; mas se as coisas continuarem nos passos que estão dando, a situação vai ficar insustentável. Todos que moram aqui, há mais de dez anos, dizem: “Nós não queremos que isso vire um bairro-dormitório, como ocorreu na zona Leste, porque temos muitas coisas boas para mostrar”.

Podem perguntar: “Parelheiros precisa ou não do aeroporto?” O aeroporto é uma grande oportunidade também, porque vai virar os olhos de muitas pessoas para cá. É o grande motivo para que muitas mais pessoas conheçam Parelheiros. Quantos de nós já falamos?: “Eu

moro em Parelheiros”. Ninguém conhece Parelheiros. A partir do momento em que há um aeródromo comercial, pessoas vão saber que isso aqui existe, vão saber o valor que Parelheiros tem para essa Cidade, e vamos poder cobrar do Poder Público, para que dê atenção necessária, para continuarmos aqui e para que não haja invasões e degradações.

Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Valéria Mocarati(?), da Agricultura.

A SRA. VALÉRIA MOCORATI(?) – Boa noite a todos. Quando olhamos os mapas de Parelheiros, eles são os mais lindos da Cidade. A nossa região é sempre toda verdinha, toda bonitinha, e aí quando olhamos como está dividida a nossa região, está dividida em dois setores. O primeiro setor é de total proteção ambiental. Há uma área de contenção de ocupação urbana. Estamos nessa área, e recebemos uma imensidão de leis. Há 35 anos somos regidos pelas leis de mananciais, que não estão devidamente aplicadas na região. As áreas estão totalmente adensadas e ocupadas. Elas não podem receber benefícios, não podem ter documentação e nem uma construção adequada. Também não pode haver escolas em determinados locais, porque as construções não são aprovadas. Não pode haver um comércio que possa funcionar legalmente. Por quê? Porque há uma lei estadual que tem 35 anos, que rege o zoneamento de Parelheiros. Então, nessa discussão do Plano Diretor, é importante começarmos a rever qual é o zoneamento de Parelheiros. Somos área de preservação. Então, a área que é para ser de preservação, que seja como o Parque Estadual, que o Governo do Estado fez.

Então, vamos fazer parque onde há cachoeiras e trilhas. Não vamos deixar acontecer o que está acontecendo com as ocupações irregulares, onde os rios estão limpos e há os nossos atrativos. Quando olhamos as áreas de risco, o mapa de Parelheiros é o que tem mais pontinhos. Por que há áreas de risco? Porque não é aprovado loteamento nenhum aqui. Não há opções para o morador daqui. Se é necessário haver área rural, então vamos definir

qual é a área rural. Se é necessário haver a área urbana regularizada, com documentação, vamos defini-la. É necessário haver área de recuperação ambiental e área de preservação. Vamos defini-las e transformá-las em parques. Não vamos fazer parques em área onde houver eucaliptos, vamos fazer parques em áreas onde há cachoeiras.

Ao aeroporto sim. Por quê? Porque precisamos de investimentos particulares na nossa região, porque o Poder Público não consegue suprir, ele supre a infraestrutura. O progresso vem do poder privado, vem dos investidores, vem dos nossos empreendedores que temos aqui. Temos uma infinidade de empreendedores aqui que, há vinte anos, estão preservando Parelheiros. Então, sim ao aeroporto e sim a outros investimentos também.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Lúcia Bellenzani.

A SRA. LÚCIA BELLENZANI – Eu faço parte do conselho gestor da APA Bororé Colônia e represento os agricultores. O Vereador Alfredinho teve o meu voto nos seus mais de 30 mil votos. Graças a Deus, vivemos num país democrático, e sou obrigada a discordar algumas coisas de V.Exa. O Vereador Ricardo Nunes teve oportunidade de dizer que Parelheiros é a região onde há o pior índice de desenvolvimento humano e várias coisas ruins acontecem na nossa região. Temos de perceber que além das coisas ruins, temos o que há de melhor na cidade de São Paulo, o último vestígio de uma Mata Atlântica preservada. Há lugares onde há moradores, como a Vila Marcela. Não tenho nada contra eles, mas gostaria que houvesse muito mais educação ambiental na nossa região; e as pessoas pudessem amar Parelheiros. Queria passar pela Vila Marcela e não encontrar entulho, esgoto a céu aberto, córregos e ribeirões todos poluídos, não passando pelo Colônia, quando vim para cá, e sentir o cheiro do Rio Tietê, do Rio Pinheiros e do Rio Tamanduateí. Moro na Chácara Santo Amaro. Não estou criticando ninguém. Temos de amar a nossa região. Mesmo as pessoas da Vila Marcela, elas têm de amar, preservar e cuidar da região. Isso é Educação. Quando eu passar Paulo Guilguer Reimberg e não encontrar entulho e lixo na rua, vou me sentir feliz.

Como estamos num país democrático, gostaria que houvesse silêncio para eu explanar as minhas ideias. Poderiam investir muito mais em proteção, educando os nossos jovens. Tive oportunidade de fazer uma palestra para os jovens aqui mesmo, no CEU Parelheiros. Perguntei quem gostaria de trabalhar com agricultura. Simplesmente me disseram: “Deus me livre”.

Os senhores podem ter *notebook*, computador, impressora ou o celular mais moderno, mas não vão imprimir um pé de alface na impressora. Se não houver agricultura e proteção, São Paulo não vai ter água. Eu não tenho nada contra os moradores. Devemos morar, proteger e principalmente amar.

O Vereador Ricardo Nunes falou que pessoas de Pinheiros vêm dar opinião em Parelheiros. Encerro perguntando: “Os Srs. Skaf, Alfredinho e Ricardo Nunes moram em Parelheiros?”

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Maria Lúcia Bellenzani.

A SRA. MARIA LÚCIA BELLENZANI – Sou assessora do Vereador Nabil Bonduki. Quero justificar perante à Mesa, a ausência do Vereador Nabil Bonduki, que estava vindo de Brasília, teve um problema com o voo e chegou, em São Paulo, às 20h30.

A minha fala hoje não é da assessora do Vereador Nabil Bonduki, é a fala da Maria Lúcia Bellenzani. Comecei a trabalhar, nessa região, quando entrei na Prefeitura, em 1993, no extinto e saudoso sistema de fiscalização integrada, SOS Mananciais. Depois disso, quando tive oportunidade de conhecer essa região, fui a principal articuladora da criação da APA Capivari Monos, que começou em 1996 e foi sancionada só em 2001 pela ex-Prefeita Marta Suplicy. Em função disso, fui chamada para vir trabalhar em Parelheiros, para fazer a montagem da subprefeitura, quando havia só um posto avançado, onde hoje é o CEU Parelheiros.

Fui coordenadora do Plano Diretor Estratégico Regional de Parelheiros em 2003 e

2004, quando conheci a maioria dos senhores que estão aqui. Fui também gestora da APA do Capivari Monos e fui também coordenadora do seu plano de manejo. Trabalhei, nessa região, até janeiro de 2013. Em fevereiro de 2013, assumi o meu comissionamento, como assessora do Vereador Nabil Bonduki. Morei nessa região durante seis felizes anos da minha vida, de 2003 a 2009.

Estou falando tudo isso porque a minha fala é de cidadã e profissional, não de ambientalista. Não sou ambientalista, sou uma profissional da área de meio ambiente, bem diferente de ser ambientalista. Vejo que há um desafio muito grande nessa região. O desafio é proteção ambiental e justiça social; e não ou justiça social. Não temos de opor à proteção ambiental, à moradia, ao direito humano, ao direito à escola ou ao direito ao emprego. Essa é uma questão totalmente ultrapassada, é uma falsa questão. Enquanto ficarmos brigando por isso, não brigamos pelo que temos de brigar. Temos de brigar por dignidade. Temos de brigar por ar puro, mas temos de brigar por emprego também; e uma coisa não é inimiga da outra, de maneira nenhuma.

Vemos quem está comendo as matas e as áreas de moradia na Cidade inteira. É por isso que o pessoal estava lá na Capela do Socorro. É a especulação imobiliária. Aliás, a especulação imobiliária de alto padrão ainda não chegou a Parelheiros, mas já está mirando. Já há pessoas prospectando terrenos aqui, para fazerem condomínio de alto padrão. Os senhores acham que condomínio de alto padrão traz emprego? Acho que o agricultor vai virar caseiro e a agricultora vai virar empregada doméstica. Em vez de haver essas estradas bonitas, vamos ver muros altos, cheios de guaritas. É isso o que acontece. Então, vamos tomar cuidado. Nesse sentido, Parelheiros tem duas situações. Uma é a situação urbana, de absoluta necessidade de tudo; é uma situação de pobreza, de muita irregularidade, mas, ao contrário do que muitos pensam, não é de irregularidades só. No Centro de Parelheiros, nada há de irregular.

O Jardim dos Álamos não é irregular. A Colônia é um lugar histórico. Então, por que

o Centro de Parelheiros tem de ser tratado como uma área irregular? Por que ele é ainda como uma área do INCRA? Então, muitas vezes, quem for regularizar o seu empreendimento, não consegue. Isso não é porque a lei não permite. Não existe lei que proíba banco ou supermercado. Essa pessoa não consegue se implantar porque não tem documento. Então, a questão de regularização fundiária é muito séria. É uma questão de cidadania e de direitos. Ela vale tanto para o urbano quanto para o rural. No urbano, tem de haver tudo na Cidade. Agora vamos falar do rural. No rural, há aqui três áreas, uma área de proteção, uma área de qualificação urbana e uma área de contensão. É aí que estão a agricultura, o turismo e a maioria das cachoeiras, trilhas e terras indígenas, a nossa cultura. Ali temos precisamos de regularização fundiária. Nós damos segurança jurídica, para que pessoas façam o que querem, seja no urbano, seja no rural. Então, é preciso que o Plano Diretor radicalize os instrumentos. No urbano, ele radicaliza os instrumentos urbanos. É necessário haver ZEIS.

Conheço bastante a região Sul de Parelheiros. As ZEIS estão muito tímidas. Para serem regularizados alguns loteamentos, vamos ter de talvez ampliar as áreas de ZEIS, já fazendo propostas. É necessário haver ZEIS 4, para haver moradia para pessoas que estão nas áreas de risco. Isso tem de ser redesenhado. Outra proposta é que o rural seja apontado e delimitado no Plano Diretor. Proponho que o território da macroárea de contensão ambiental, que está dentro da APA Capivari Monos e da Bororeia Colônia, seja rural, porque isso já está na própria lei das APAS. Falo também das áreas envoltórias do parque.

Última questão, o Plano Diretor faz menção ao plano de manejo das APAS, que diz que tem de ser respeitado, mas isso não é respeitado, porque o plano de manejo das APAS é aprovado. Falam coisas que precisam estar no Plano Diretor. Por exemplo, o polo ecoturístico de Evangelista de Souza é um projeto estratégico do plano das APAS e está dentro do projeto do Vereador Alfredinho, que acabou de ser aprovado. Ocorre que não conseguimos fazer a LL(?), que tem um megaempreendimento aqui, que só faz estrago, pagar o polo ecoturístico. Precisamos colocar o saneamento de Marsilaque e do Embura. Tudo isso tem de estar no

Plano Diretor.

Muito obrigada pelas pessoas que me cederam a palavra. (Palmas)

NÃO IDENTIFICADO – A Valéria disse que não moro em Parelheiros. Vou dar meu endereço, Rua Seis, nº 51, Parque Internacional, no Marsilaque. Moro lá há vinte anos, e também tenho um apartamento na Rua Cambuci do Vale, nº 597, no apartamento 145. Eu amo esse lugar. Eu vivo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL – Agradeço a todos por participar dessa audiência pública. Já se passaram por aqui muitos discursos inflamados. Há quem é contra e quem é a favor. Parto de uma reflexão para os senhores. Muitos falaram que aqui há falta de empregos, demandas de escolas, de hospital, de saúde, de transporte, enfim, falta tudo.

Com a construção do aeroporto de Parelheiros, que está vindo para cá agora, muitos estão alegando que haverá empregos. A região de Parelheiros sofre com várias demandas. Os senhores sofrem por questões de Saúde, Educação e Segurança. Agora aparece um bonitão do nada e vem explorar a deficiência, na região, querendo construir aeroporto. Os senhores acham que ele está construindo esse aeroporto porque é bonzinho e quer dar emprego para todo mundo? Ele quer o seu investimento. Se fosse pessoa honrada e tão bonzinha, pegava o dinheiro do aeroporto e construiria escola, hospital, pavimentação, esgoto, tudo isso. Bonzinho ele não é. Se fosse bom, faria isso. Os senhores sofrem com diversas demandas, porque o Poder Público não tem a cara de pau de investir na região. Quando falo do Poder Público, falo de pessoas públicas aqui presentes. Em junho, várias pessoas lutaram contra o aumento da passagem. Quando o povo saiu às ruas, houve pessoas do parlamento que disseram que o povo era vândalo. Vândalo é quem não olha para o povo.

Se há deficiência, na região de Parelheiros, é porque o Poder Público, o parlamento não quer investir aqui e não tem olhos para vir aqui. Só querem investir agora. Por incrível que pareça, não vieram discutir a questão do hospital. Também não vieram para falar de escolas,

pavimentação e segurança; mas dão total apoio ao aeroporto, que vai investir somente para uma pessoa, o Sr. André Skaf.

Quero que os senhores reflitam sobre isso. Uma pessoa vem do nada, riquinho do jeito que é, vem aqui e explora a demanda dos senhores, que sofrem por diversos fatores, vai sair de bonzinho. Bonzinho é o povo que luta. Sou morador do Grajaú e do Cocaia.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Quem coloca fogo em ônibus e quebra equipamento público é o quê? Não é vândalo?

Tem a palavra a Sra. Jô.

A SRA. JÔ – Boa noite a todos. Parabéns a todos, inclusive o povo. Sou locutora da futura FM. Sou sangue B, sou sangue bom, sou da paz. A população deve se juntar mais e discutir mais o que vai perder e o que vai ganhar. O que não pode acontecer é que continuarmos do jeito que estamos. Até quando Parelheiros não pode nada? O que podemos? Podemos sair as 3h30, pegar ônibus lotado, entrar num trem lotado, sendo roubado e pisoteado, para trabalhar na Paulista? O pessoal do contra pode falar: “Mas o avião vai te levar para onde?” Há muitas pessoas aqui que vão ser faxineiros dentro do aeródromo. Então, quer dizer que, em todos os lugares, o progresso chega, e Parelheiros fica aqui estacionado? Por quê? E nós? Nós vamos sempre isso? Os nossos filhos vão poder fazer uma faculdade, porque conseguiram pelo ENEM e FIESP, depois vão ter de trabalhar na Paulista, porque aqui não há oportunidade? Vão fazer um curso de inglês e vão ter de trabalhar no Centro? Essa é uma questão a ser pensada e discutida. Discutam a área. Se não pode, procurem outra área. Não podemos descartar o progresso na nossa região. Isso é fundamental. Gostaria que o pessoal não saísse antes de ouvir as respostas.

Admiro muito o Vereador Alfredinho, amigo de muito tempo. Represento o Vereador Ricardo Nunes na região. Votei em S.Exa. com gosto. Foi a primeira vez, na minha vida, que votei num Vereador que trabalha. S.Exa. é da região sim, do Marsilaque e trabalha em prol de nós. Eu nunca vi, na Câmara, num ano, falarem tanto em Parelheiros. O pessoal sabe que a

região aqui tem de ser preservada, mas temos também de preservar o povo. Estamos cansados.

Trabalho na cooperativa, e quando não estou na rádio, pego ônibus às 3h30, dentro do Vargem Grande, para chegar às 7h na Paulista. Todos ficam me pisoteando, porque aqui não há emprego. Então, está na hora de revermos tudo isso. A hora não é para brigarmos. Vamos sentar e pesar os prós e os contras. Parelheiros tem de ter progresso, e sou a favor disso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra o Sr. Antônio de Paula.

O SR. ANTÔNIO DE PAULA – Boa noite a todos. Quem conhece a barragem, Engenheiro Marsilaque, São Norberto e Jardim Oriental? É muito fácil falarem de meio ambiente. Quem fala de meio ambiente é quem pisa na lama. Ser ambientalista de asfalto é fácil, ser ambientalista de foto é fácil. Quero ver esses ambientalistas virem aqui e andar no fundão de Parelheiros, vendo a situação da Barragem. Batalhamos e brigamos com a Sabesp. O pessoal não tem asfalto, não tem água, não tem nada.

Se forem ver a represa nossa, da Barragem, ela hoje tem 15 mil moradores. Não há condições de pedirem investimento lá. Por quê? Por causa do meio ambiente. Só conhecem a Estrada de Parelheiros, que é asfaltada. Nas ruas laterais, não há asfalto. Por quê? Porque dizem que o Meio Ambiente não autoriza nada. Sou favorável e torço pelo meio ambiente, mas o meio ambiente tem de apreender a ser prático e não de teoria. Ele tem de apreender a ajudar encaminhar as coisas. Não é só ficar falando e ser contra. Há quem conhece a região da Barragem, o São Norberto e as suas dificuldades. Temos dificuldades. Todos aqui conhecem as lideranças do bairro. Somos lideranças. Sabemos quem briga pela região de Parelheiros. Todos sabem quanto Parelheiros é discriminado, mas não vemos nenhum ambientalista defender Parelheiros. Defendem o aeroporto, porque é uma obra grande, mas ninguém vem defender obra pequena aqui.

Vejo muitos levando multas. Não vejo ninguém invadindo a região de Parelheiros. Quem constrói, na região de Parelheiros, são os filhos de seus moradores, porque têm os terrenos de seus pais. Como não têm onde construir, constroem dois cômodos lá, levando multas e se arriscando. Então, gostaria que o meio ambiente investisse na região, na Saúde, na prática e não na teoria. Andem para verem a situação e as necessidades que merece a região.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Jaqueline Fonseca.

A SRA. JAQUELINE FONSECA – Boa noite a todos. Sou sitiante. Peço que, dentro dessas propostas, voltando ao Plano Diretor em si, que esteja novamente contemplada a ideia de zona Rural. Também peço que o ZEIS 4, Zonas Especiais Sociais, sejam realmente ampliadas. Concordo que elas foram muito pequenas e restritas. Todos os bairros necessitam de uma área de expansão verdadeira. Mesmo para os mais antigos, para as áreas que foram designadas para equipamentos públicos, houve ocupação. Acho que não há um bairro. Jardim das Fontes, Oriental, onde moro, e todas as áreas que originalmente teriam sido praças acabaram sendo invadidas. Então, eu acredito que as ZEIS 4 devem ser ampliadas.

Peço, encarecidamente, que voltemos a ter uma zona Rural. Aí posso chegar ao Banco do Brasil e dizer: “Eu preciso de um empréstimo para plantar e eu moro na zona Rural”.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tem a palavra a Sra. Lindaura Maciel.

A SRA. LINDAURA MACIEL – Muitos fizeram discursos até bonitos. Eu mesma cheguei em Parelheiros em 1976. Dava para contarmos as casinhas que tínhamos aqui. A teoria é bonita, mas, na prática, não acontece. Muitos fazem discursos bonitos, dizendo que preservam o manancial, que estão defendendo o manancial de Parelheiros; mas, na realidade, não defendem coisa nenhuma. Onde está a APA? Venha trabalhar conosco, venha para as nossas lutas, venha educar nosso povo para que não jogue lixo na rua. Venha urbanizar nossas ruas. Não aceitamos mais morar em Parelheiros e não ter direito a uma rua asfaltada, a

uma creche ou escola para nossas crianças. A maioria das Unidades de Saúde é do tamanho de uma caixa de fósforos, fica em casinhas alugadas, mas queremos ter UBS de verdade. Queremos ter transporte de qualidade, pois só temos duas linhas troncais – uma, Vila Mariana até Terminal Parelheiros e outra, Terminal Santo Amaro até Terminal Parelheiros -, enquanto Varginha é Parelheiros – não sou contra -, mas lá existem mais de cinco linhas troncais, uma empurrando a outra, enquanto nós passamos o maior sufoco para entrar num ônibus. Isso é desumano, não nós não aceitamos mais essa situação.

Tenho propostas para melhorar a qualidade de vida do povo de Parelheiros. Hoje viemos discutir o Plano Diretor. No de Parelheiros, queremos melhorar a qualidade de vida das pessoas. Eu comprei – não sou invasora – um terreno há 12 anos e ainda não está em meu nome, mas paguei e tenho toda documentação que comprova, tem escritura. Vou correr atrás para colocar no meu nome e quero que essas pessoas sejam valorizadas como ser humano. Se nosso voto tem o mesmo valor na urna, por que não temos direito à dignidade. Não dá mais para aceitar sermos tratados como se fôssemos insetos. Não, queremos ser valorizados como ser humano, como todos que moram no Manancial. Ou o Manancial é só Parelheiros? Não, tem gente que construiu praticamente dentro da Billings, da Guarapiranga e tem tudo, por que nós não podemos ter? Nós queremos ter sim, morar e preservar.

Aeroporto sim. Progresso na região de Parelheiros sim. Só que tem que preservar e respeitar. Teve o Rodoanel e ninguém se manifestou. Vocês acham que não devastou nossas matas? Cadê a compensação que o Governo se comprometeu? Até hoje não veio. Os nossos córregos estão podres, o esgoto corre a céu aberto, cadê quem defenda o manancial?

Venham conosco. Quero que vocês venham para a luta. Assumi a luta de líder comunitária desde 89. Venham lutar com a gente. Nós estamos lutando por hospital, por unidade de saúde, por transporte. Chega de teoria, prática sim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Pessoal, ainda faltam quatro pessoas para falar. Peço que vocês sejam rigorosos nos três minutos, porque senão a última, vai ficar

falando sozinha, sem mais ninguém. O pessoal está indo embora.

A próxima oradora é a Simone. Ainda falta a Leila, a Célia e o Leonilson.

Com a palavra a Simone.

A SRA. JANICE – Vou falar no lugar da Simone. A primeira pessoa que falou – por sinal se chama Simone -, está lá atrás. Desde o instante em que ela falou, fiquei neurótica. Ela disse assim: “Parelheiros é ouro”. Concordo. Disse: “Temos que resgatar.” Concordo. “Projeto biosfera. Aqui tem que se morar”. Aí, de repente, você falou assim: “Temos que ser rural”. Aí não entendi. Quero saber se tenho que treinar minha filha para pegar na enxada. Tenho que treinar meu filho para trabalhar na roça? Você trabalha na roça? Isso são coisas que se falou aqui com pura falta de informação. É para rir mesmo, porque eu também dei risada.

A falta de informação hoje parece que tomou conta. Todo mundo fala do aeroporto como se fosse um Armagedom, vai chegar e destruir Parelheiros. Não é isso, gente. Vamos nos informar para saber o que é o aeroporto, onde vai ser e para que será. Só vi gente falar de forma que vai destruir a Cidade.

A nossa amiga falou assim: “Ah, eles não moram aqui.” E eles precisam morar para nos defender? Todo Parlamentar tem que morar aqui? Quero outra informação: quem mudou a realidade de verba dessa região? A gente precisa ter informação. Quem morou, quem deixou de morar, quem mora e quem não mora, a gente simplesmente tem que ver o que é bom para nós. O pessoal está achando que vai acabar, que vamos ter um apocalipse e vai acabar com Parelheiros. Não é nada disso, gente.

Veio o menino de amarelo, que foi embora porque mora no Residencial Cocaia, falou que nem sabe onde é e nem do que se trata. Ele foi chamado para causar. É muito lindo eu chamar um monte de gente para falar: “Vamos lá ambientalista”, sem nem saber onde é, nem do que se trata e nem que área é.

Quero só deixar esse recado. Para a gente ser mais informado. Se a gente quer defender o nosso bairro, a gente tem que ser mais informado. Tá bom? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – É isso aí. Obrigado.

A SRA. _____ - Só quero dar uma sugestãozinha. Ouvi o pessoal falando da área rural, tudo. É rapidinho. Tem uma sugestão muito simples também para dar ao pessoal rural. Não sou contra, acho que a gente nunca vai imprimir um pé de alface mesmo, mas a gente tem tanto presídio no Brasil, tanta gente à toa lá que estamos sustentando, por que a gente não cria presídios agrícolas?

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Tá bom. Muito obrigado. Com a palavra a Leila.

A SRA. LEILA – Boa noite. Sou moradora do bairro do Embura. Sou Presidente do Instituto Pedro Matajs, na região. Sou Conselheira da APA Capivari-Monos. Faço parte de Parelheiros, vesti a camisa de Parelheiros há 12 anos e conheço bastante a região, porque ando pela APA Capivari toda, nos projetos de desenvolvimento sustentáveis – financiados pelo FEMA, de 2006 até o ano passado.

Quando se fala em sustentabilidade, a gente vê uma série de coisas possíveis na região. Temos de pensar que temos duas regiões: uma é a área rural, que tem de ser preservada e mantida, porque de lá vem o alimento. Muitas pessoas desconhecem a importância da área rural e o alimento que é produzido na região para a cidade de São Paulo. A outra área é a urbana, onde existe a maior concentração de pessoas com um déficit gigantesco de saneamento, de infraestrutura, saúde e tudo mais.

O que proponho para o Plano Diretor? É necessário a gente preservar a área de manancial. É fundamental. Temos a água como nosso maior tesouro. Temos a floresta Atlântica. Temos de preservar essa mata, porque dela conserva-se as nascentes e toda essa área de mananciais. Como temos a área rural, não temos saneamento básico porque a Sabesp vem, faz a captação da água e não faz nenhum investimento aqui. Mas nós temos de ter em mente que temos que preservar.

Então, sugiro para a área rural, pelo menos - para a área urbana já é mais difícil -, é

imprescindível que tenhamos um planejamento de fossas biodigestoras e bases na permacultura. Então, existem planejamentos e propostas possíveis de se implantar.

E para a área urbana, principalmente na parte de sustentabilidade fazer um levantamento do que tem de comércio e serviços na área urbana, para que possa gerar economia interna. Muitos falam: Ah! Não tenho emprego. Mas existe um levantamento feito nessas regiões para saber exatamente o que tem e o que existe para gerar economia interna. Isso é importante. E fazer uma capacitação de empreendedorismo para as pessoas dessas regiões. Temos essa área de preservação e temos de manter isso como uma área rural. Essa área ocupada pela área urbana, tem de ser protegida e não pode acontecer o avanço. Minha preocupação é o avanço da área urbana, na área rural.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Com a palavra a Sra. Cileia.

A SRA. CILEIA – Saúdo todas as opiniões e diversidades de pensamento. No mínimo é curioso se pensar em desenvolvimento humano, em democracia, sem se falar em educação e cultura. Democracia se dá em um diálogo. O diálogo só acontece quando as duas partes podem falar. E ambas são escutadas. No exercício de democracia acredito que falta no plano como acontecer essa democracia. Sou atriz e pedagogo e trabalhei muito e trabalho com as escolas e já entrei e uma sala de aula e perguntei: quem gosta de teatro? Dois alunos levantaram a mão. Perguntei quem aqui já foi no teatro? Os mesmos dois levantaram a mão. Ai você fala: eles não vão ao teatro porque é caro. Ai você pergunta, na mesma sala de aula: quem já foi no Play Center? Todos levantam a mão. É uma questão de olhar. A realidade muitas vezes é mostrada, distorcida. Como preservar uma informação correta, direta. Porque democracia sem educação é uma tentativa de uma massa de manobra. Encerro com duas frases que para mim se completam. Uma do meu amigo Arnaldo Antunes: “Eu não quero só comida, quero comida diversão e arte” e Brecht, “Pensar é divertido”. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – Cileia, vamos uma casa de cultura em Parelheiros. Passo a palavra ao Sr. Denilson.

O SR. DENILSON – Boa noite a todos, sou do movimento popular de saúde, Parelheiros, Marsilac. Temos nossa luta pelo hospital de Parelheiros, como proposta queremos CEU na Casa Grande. Parelheiros é tão grande que precisaria de um CEU para cada bairro, como não é possível vamos brigar e cobrar das nossas autoridades presentes que seja incluída o CEU na Casa Grande.

Em relação aos demais debates, o movimento popular de saúde, faz uma luta há tempo, pela construção do hospital de Parelheiros e nós participamos também de outros movimentos. Os parlamentares que mais contribui e que mais abre as portas de seus gabinetes para o movimento popular de saúde é o gabinete do vereador Alfredinho, Ricardo Nunes. Ai não é falta de convidar outros para a luta. É que outros gostam mais da parte do circo armado, a festa, o confete, o pedido do voto e compromissos são poucos. Quando dizem que os vereadores não lutam pela nossa região desconhecem a luta dos próprios movimentos sociais. Há muito tempo existe um projeto de esvaziamento dessa região. Para alguns quanto pior for o transporte, melhor, porque com isso não haverá crescimento populacional. Quanto pior as condições de saneamento básico, melhor, porque menos pessoas irão morar nessa região. Quanto pior for o acesso à educação, à moradia, melhor será para esses movimentos porque terá menos pessoas morando na nossa região. No entanto na Cidade de São Paulo, a região que mais cresceu, foi exatamente parelheiros. Cresceu com transporte precário, falta escolas, educação, ou seja, essas mesmas pessoas, respeito muito os militantes do Verde Meio Ambiente, tenho amizade com muitos deles, mas aqui não falo para as pessoas, mas para a militância, temos de olhar primeiro para as pessoas. O Meio Ambiente sem as pessoas não fazem sentido e muitas pessoas que lutaram para derrubar muitas casas em Vargem Grande, Colônia, Erplin, Aruã e vários outros lugares, não pensa no morador, essas pessoas cada vez mas lutam para expulsar os moradores. E são esses mesmos que hoje chama a população para luta contra aeroporto. Para mim há alguma coisa sem sentido. Quer dizer os camaradas não quer que você tenha uma boa escola, não quer que você tenha um transporte digno, não

quer que você tenha vida boa, no entanto, quer que você abraça a luta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alfredinho) – A audiência pública do dia 9 será às 10hs na Câmara Municipal de São Paulo. Além dos projetos específicos citados será debatido a macrozona da região. Antes de encerrar quero dizer que todos estão de parabéns. As críticas que aconteceram, tiro de letra, não preciso me defender porque quem me conhece sabe da minha dedicação e minha luta. Só quem não luta, não me conhece. Quem vai para o parlamento tem de apresentar propostas, se não vai apresentar nada, não deveria ir. Todos estão de parabéns.

Nada mais havendo a declarar, está encerrada a presente audiência pública.